

PROCESSO - A.I. Nº0362102 4/95
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - COMDISBEL - COMÉRCIO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PROFAZ
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 12.03.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0044-11/03

EMENTA: ICMS. NULIDADE DO PROCEDIMENTO FISCAL. Representação proposta de acordo com o art. 119/II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, tendo em vista não ser possível se determinar com segurança a infração, em virtude de não constar no PAF a descrição dos fatos ensejadores das penalidades imputadas, conforme o art. 18, IV, "a", do RPAF/99. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Procuradoria da Fazenda Estadual, com fundamento no artigo 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, propõe através desta Representação que seja declarada a NULIDADE do Auto de Infração, por ter ocorrido a hipótese prevista no art. 18, IV, "a" do RPAF/99.

O Auto de Infração em análise foi lavrado em 16.10.1995 e por não ter sido interposta defesa administrativa, foi lavrado o termo de revelia sendo o mesmo encaminhado para inscrição em Dívida Ativa.

No procedimento de saneamento do Auto de Infração, a funcionária responsável, por três vezes determinou que fosse o processo convertido em diligência para que o auditor autuante descrevesse as infrações e as correspondesse com a quantidade de UPFs-BA imputadas, posto que desde a lavratura do Auto de Infração isto foi omitido, e mesmo após todas essas solicitações, a irregularidade não havia sido sanada.

É relevante registrar que a esse tempo, já ocorreu a prescrição neste processo, o que impede a Fazenda Pública Estadual de cobrar o respectivo crédito tributário acaso ele venha a ser constituído definitivamente.

Entretanto, observa-se que não tendo sido corrigida a falha detectada pela saneadora, se configura efetivamente a hipótese de nulidade apontada, não sendo possível determinar com a segurança a infração, por não constar no presente Auto de Infração a descrição dos fatos.

Consta do Parecer nº 004/2003 apensado à fls. 88 e 89 dos autos, o acolhimento e o aprova do Procurador Chefe ao entendimento manifestado pela Assessoria Jurídica da Procuradoria da Fazenda – PROFAZ.

VOTO

Após exame e análise dos elementos constantes nos autos, concluo pelo acerto dos fundamentos da representação encaminhada pela Douta PROFAZ. Voto pelo ACOLHIMENTO da presente Representação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de fevereiro de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PROFAZ